

Análise de Estratégias para Acesso e Permanência de Discentes com Deficiência no Ensino Superior

Analysis of Strategies for Access and Permanence of Students with Disabilities in Higher Education

Mylene Francini da Rosa^{a*}; Victória Braseiro Vernes^a; Fabiula Aquino Vilaverde^b; Tatiane Motta da Costa e Silva^c; Rodrigo de Souza Balk^{ac}

^aUniversidade Federal do Pampa, Curso de Fisioterapia. RS, Brasil.

^bUniversidade Federal do Pampa, Curso de Enfermagem. RS, Brasil.

^cUniversidade Federal do Pampa, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. RS, Brasil.

*E-mail: mylenarosa32@gmail.com

Resumo

O estudo tem por objetivo identificar as estratégias para o acesso e a permanência de discentes com deficiência em cursos de graduação em saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES), localizada no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da análise de Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma análise documental, agrupando os termos em categorias. Como principal suporte metodológico para a pesquisa documental foi utilizada a análise dos documentos institucionais a partir das apresentações dos PPCs disponíveis, referentes aos cursos de graduação em Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia e Medicina, bem como análise das ementas dos componentes curriculares supracitados. A coleta e a análise dos dados ocorreram entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. Entre os resultados encontrados se destacam as políticas de acesso ao Ensino Superior presente nos PPCs analisados e as particularidades entre as medidas de inclusão e acessibilidade adotadas para a permanência dos discentes com deficiência nos cursos de graduação em saúde. Contudo, apesar da existência de estratégias de permanência implementadas pela IES, ainda, observa-se uma carência de reformas nas estruturas físicas dessa, bem como uma possível lacuna no investimento em formação em saúde no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Políticas Públicas Inclusivas. Formação em Saúde. Pessoas com Deficiência.

Abstract

The study aims to identify as a clinician, the access and permanence of students with disabilities in undergraduate health courses at a Higher Education Institution (HEI), located in the State of Rio Grande do Sul, based on the analysis of Pedagogical Projects Curriculum (PPCs). This is a research with a qualitative approach, characterized as a documental analysis, grouping terms into categories. As the main methodological support for a documentary research, an analysis of institutional documents is used from the presentations of the available PPCs, referring to undergraduate courses in Nursing, Physical Education, Pharmacy, Physiotherapy and Medicine, as well as an analysis of the syllabuses of the curricular components mentioned above. Data collection and analysis took place between October 2020 and February 2021. Among the results found, the access policies are highlighted to higher education present in disabled PPCs and as particularities among the inclusion and accessibility measures adopted for the permanence of students with disabilities in undergraduate health courses. However, despite the existence of permanence compliance implemented by the IES, there is still a lack of reforms in the structures of the same structure, as well as a possible gap in investment in health training in the context of caring for people with disabilities.

Keywords: Inclusive Public Policies. Health Training. Disabled People.

1 Introdução

No Brasil, o reflexo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Jomtien (1990) e Declaração de Salamanca (1994) foi decisivo para a implementação de leis, decretos e políticas públicas de acesso para pessoas com deficiência às classes regulares de ensino (LARA; HEDERO, 2020). Para Poker; Valentim e Garla (2018), o movimento de inclusão que se expandiu na educação básica, nos últimos anos alcança, também, o Ensino Superior, subsidiado por normativas legais que tratam da garantia de direitos, tais como o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (1999), a Portaria nº3.284/2003 (2003) e, recentemente, a Lei nº 13.146/2015 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Tais normativas refletem,

de maneira significativa, o ingresso da pessoa com deficiência às Instituições de Ensino Superior (IES).

Logo, com a expansão do número de matrículas de discentes com deficiência no Ensino Superior, pesquisadores direcionaram seus estudos para os desafios que emergiram com a implementação das políticas públicas de inclusão. De acordo com Tomelin et al. (2018), dados do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em 2017, apontam um aumento significativo no ingresso de discentes com deficiência entre os anos de 2003 a 2013 na ordem de 600% passando de 5.078 estudantes para 29.221. Entretanto, segundo Poker, Valentim e Garla (2018), nem toda universidade tem cumprido as orientações e normativas legais existentes, pois se trata de um processo

que demanda mudanças complexas que, por sua vez, se caracterizam como um processo lento, gradual e contínuo.

Nesse sentido, tornam-se necessárias alterações em espaços físicos e investimento em recursos pedagógicos. Para atender a essa nova demanda, em 2011, foi instituído, o Decreto nº 7611/11 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e a estruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), e em 2013, foi lançado o Programa Incluir, que tem por objetivo garantir a acessibilidade na educação superior por meio da criação e consolidação de núcleos de acessibilidade implementados nas IFES (BRASIL, 2013). Iniciativas que buscam a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais, que limitam a participação e o progresso acadêmico e social da pessoa com deficiência (LARA; HEDERO, 2020).

Com a implementação de políticas públicas de inclusão, as IFES vêm buscando, gradativamente, atender às adequações físicas e pedagógicas definidas em parâmetros legais, além de tentar promover uma educação mais inclusiva e democrática (BRIGIDA; LIMEIRA, 2020). No entanto, a inclusão no Ensino Superior está para além do estabelecido pela legislação, rogando uma mudança profunda nas instituições, com propostas e estratégias práticas, tendo como finalidade transpor as barreiras que impedem ou restringem a permanência de pessoas com deficiência, iniciando pelos documentos institucionais, entre esses, os Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) dos cursos de graduação.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo identificar

as estratégias para o acesso e a permanência de discentes com deficiência nos cursos de graduação em saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da análise de seus PPCs.

2 Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma análise documental que buscou identificar a presença ou a ausência dos termos *deficiência* e suas variações no singular e plural (*pessoa portadora de deficiência/pessoa com deficiência*), *acessibilidade*, *inclusão*, *educação especial*, *atendimento educacional especializado* e *deficiente* nos PPCs em vigência no ano de 2020 dos cursos de graduação em saúde de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública, brasileira, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A IES possui 9.242 discentes matriculados em 74 cursos de graduação, 974 docentes e 900 técnicos administrativos. Do total de discentes matriculados regulares em cursos de graduação, 101 são pessoas com deficiência.

Como principal suporte metodológico para a pesquisa documental foi utilizada a análise dos documentos institucionais, a partir das apresentações dos PPCs disponíveis, referentes aos cursos de graduação em Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia e Medicina, bem como análise das ementas dos componentes curriculares supracitados. A coleta e a análise dos dados ocorreram entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. Assim, foi elaborado um detalhamento dos cursos de graduação em saúde pertencentes à IES, utilizando-se informações dos PPCs, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Informações dos cursos e seus respectivos PPCs

Curso	Ano de criação curso	Versão PPC (ano)	Nº de páginas	Grau	Carga horária total	Turno
Enfermagem	2006	2018	212	Bacharel	4000 horas	Integral
Ed. Física	2009	2018	182	Licenciatura	3305 horas	Noturno
Farmácia	2006	2019	291	Bacharel	4035 horas	Integral
Fisioterapia	2006	2020	246	Bacharel	4000 horas	Integral
Medicina	2013	2019	268	Bacharel	8255 horas	Integral

Fonte: dados da pesquisa.

No estudo, a unidade de registros foi representada por palavras que estabeleçam relação direta com a temática de acesso e permanência de pessoas com deficiência na universidade. A busca ocorreu com base nos textos dos documentos, com abrangência em trechos relacionados à temática.

Após o levantamento inicial dos termos, foram construídos quadros para análise documental e leitura direta dos trechos aos quais englobam os termos escolhidos neste estudo. A análise documental se fundamentou na proposta de Bardin (2011). A partir da categorização inicial emergiram 5 categorias finais, sendo essas: Acesso; Permanência; Acesso e Permanência; Formação em Saúde; Não se aplica.

3 Resultados e Discussão

A análise qualitativa da frequência dos termos pesquisados durante a realização do estudo será apresentada no quadro 2. Além disso, o quadro apresenta a distribuição dos termos quanto às categorias: Acesso; Permanência; Acesso e Permanência; Formação em Saúde; e Não se Aplica, formuladas a partir da análise documental.

Quadro 2 - Classificação dos termos utilizados para análises dos PPCs

Termo	Curso	Frequência dos Termos	Classificação dos termos				
			Acesso	Permanência	Acesso e Permanência	Formação em Saúde	Não se aplica
Deficiência/ Pessoa portadora de deficiência/ Pessoa com deficiência	Enfermagem	15	6	-	-	-	9
	Ed. Física	24	3	2	13	6	-
	Farmácia	32	7	21	2	-	2
	Fisioterapia	34	9	12	1	-	12
	Medicina	34	15	14	-	4	1
Acessibilidade	Enfermagem	7	4	-	-	-	3
	Ed. Física	7	-	-	5	1	1
	Farmácia	21	-	18	1	-	2
	Fisioterapia	17	13	4	-	-	-
	Medicina	33	3	28	1	-	1
Inclusão	Enfermagem	7	-	-	3	-	4
	Ed. Física	12	-	-	3	5	4
	Farmácia	12	-	7	2	-	3
	Fisioterapia	18	6	6	-	-	6
	Medicina	25	1	7	4	-	13
Educação Especial	Enfermagem	3	-	-	1	-	2
	Ed. Física	2	-	1	-	-	1
	Farmácia	3	-	3	-	-	-
	Fisioterapia	2	1	1	-	-	-
	Medicina	1	1	-	-	-	-
Atendimento educacional especializado	Enfermagem	2	-	-	1	-	1
	Ed. Física	1	-	1	-	-	-
	Farmácia	2	-	1	1	-	-
	Fisioterapia	4	1	1	2	-	-
	Medicina	2	-	-	2	-	-
Deficiente	Enfermagem	-	-	-	-	-	-
	Ed. Física	5	-	-	-	5	-
	Farmácia	3	-	3	-	-	-
	Fisioterapia	1	-	-	-	-	1
	Medicina	2	-	2	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar o Quadro 2 se constata a disparidade de alguns termos quando são comparadas a frequência desses entre os cursos. O termo *deficiência* é prevalente nos cursos de Fisioterapia e Medicina, aparecendo 34 vezes em cada, enquanto no curso de Enfermagem aparece apenas 15 vezes. Já o termo *acessibilidade* é mais recorrente no curso de Medicina sendo identificado 33 vezes e menos recorrente nos cursos de Enfermagem e Educação Física, aparecendo 7 vezes cada. Por último, nota-se que o termo *deficiente* é identificado 5 vezes no curso de Educação Física e não consta no curso de Enfermagem.

Com isso, optou-se por apresentar as quatro principais temáticas que norteiam o mesmo: estratégias de acesso, permanência, acesso e permanência e formação em saúde, buscando compreender quais são os fatores que formam a relação da IES com a deficiência e analisar suas contribuições para a inclusão social na comunidade. Termos que não se relacionavam em nenhuma das categorias foram categorizados como *não se aplica*.

3.1 Acesso

A categoria *Acesso* compreende os termos analisados que estão vinculados ao acesso das pessoas com deficiência aos cursos de graduação em saúde da IES. Para isso, existem políticas públicas presentes nos PPCs que garantem o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência ao Ensino Superior, na qual se destacam algumas.

Entre essas, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), a qual estabelece que as pessoas com deficiência devem ter o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, bem como efetiva integração social com oportunidades e tratamento igualitários frente aos demais, sem qualquer forma de discriminação ou preconceito. Entre a análise, tal lei se constitui uma das mais antigas, estando presente em todos os PPCs, na qual de uma forma ampla estabelece e assegura os direitos básicos das pessoas com deficiência quanto ao acesso à educação e saúde, no âmbito profissional e do trabalho, e dos recursos humanos.

Faz-se necessário a presença dessa legislação, assim como das demais que surgiram posteriormente, justamente pelo

fato histórico de exclusão e discriminação da pessoa com deficiência (BRIGIDA; LIMEIRA, 2020), uma vez que se necessita lutar constantemente por um lugar e por um espaço dentro da sociedade. Posto isto, a publicação e o cumprimento de leis e decretos é o primeiro passo para garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018). Dessa forma, cabe destacar, que as leis reconhecem as pessoas como diferentes enquanto seres biológicos e sociais, no entanto, nem por isso são desiguais como cidadãos (LARA; HEDERO, 2020), ou seja, todos devem ter assegurados o direito de ocupar os espaços aos quais desejam dentro da sociedade, incluindo o acesso à educação e ao conhecimento. Entretanto, ainda é preciso o desenvolvimento e a efetivação das legislações para que haja modificações e melhorias nesse contexto.

No que diz respeito à portaria normativa MEC nº 09, de 05 de maio de 2017 (MEC, 2017), que estabelece a reserva de vagas no Ensino Superior para pessoas com deficiência, afrodescendentes, indígenas e pardos assim como um sistema de cotas, a mesma iniciou a ser adotada por algumas universidades brasileiras no início da década de 2000, com a finalidade de democratizar o ingresso às instituições de educação superior. Esta é uma portaria atual comparada às outras, estando presente somente em um dos PPCs analisados, o mais atualizado entre todos, o que pode justificar sua ausência nos demais.

Entretanto, é importante destacar que algumas leis e portarias estão presentes somente em alguns cursos, entre essas se destaca a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, que está presente somente nos cursos de Fisioterapia e Medicina, e a Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em IFES, que só é incluída no curso de Fisioterapia, o que pode estar relacionado com sua data de publicação e ao ano de publicação dos demais PPCs.

Nesse sentido, promover a garantia do acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior deve ser o princípio primário de todo e qualquer projeto educacional que tenha a inclusão como um de seus objetivos (BRIGIDA; LIMEIRA, 2020). Cabe ressaltar a importância das universidades para a supressão/redução das barreiras estruturais sejam físicas ou sociais, presentes na trajetória acadêmica desses discentes e as melhorias geradas pela acessibilidade, visto que colaboram diretamente para o acréscimo de matrículas de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior, de modo que tais vantagens auxiliam, por consequência, na permanência dos discentes nessas IES (LARA; HEDERO, 2020).

3.2 Permanência

Na categoria *Permanência* dos discentes com deficiência na universidade foi possível evidenciar algumas medidas individualizadas ou coletivas adotadas pelos cursos de graduação e pela universidade de modo institucional.

Destaca-se a abordagem para o processo avaliativo de ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência, que busca a inclusão e a acessibilidade, por meio de critérios que são adaptados para o processo de avaliação.

Outra medida implantada é o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), fundado em 2008. O NInA é responsável pela articulação de ações da comunidade acadêmica que visam contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na IES. O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), setor vinculado à Coordenação Acadêmica, também foi criado com o objetivo de realizar ações de assistência estudantil, e apoio psicológico e psicossocial no âmbito universitário.

O NInA foi estruturado com objetivo de prosseguir o princípio do direito à educação superior para todos, bem como adaptando a estrutura do campus, fazendo o acompanhamento de aprendizados através do Atendimento Educacional Especializado. O mesmo cria mecanismos que favorecem a acessibilidade metodológica, e buscam outros meios de avaliação dos discentes, indo ao encontro do que Tomelin et al. (2018, p.4) apontam em seu estudo que

Para uma inclusão efetiva na educação em todos os graus, além das leis que garantem a permanência do aluno no ensino regular, é necessária a mudança de comportamento de toda comunidade acadêmica e a convivência na diversidade, que contribui para o aprendizado individual e para uma concepção de respeito às diferenças. As instituições de ensino consideradas inclusivas são as que aceitam todas as pessoas, independentemente das características individuais, e adapta as estratégias de ensino para que as necessidades educacionais individuais sejam atendidas, considerando a singularidade do indivíduo.

Na IES, em determinação ao Decreto n.º 7.691/2011, é papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social discentes com deficiência. Alguns cursos analisados também estabelecem, em seus PPCs, que o corpo docente e técnico são responsáveis, em conjunto com o NInA, por promover adaptações acadêmicas aos discentes do curso que necessitam de atendimento educacional especializado, criando novas metodologias de ensino e avaliação.

Nesta perspectiva, Tomelin et al. (2018) sugerem que a IES deve reconhecer e atender às necessidades individuais de seus discentes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos por meio de currículos adaptados e adequados. Com isso, é necessário que os cursos analisados adquiram um método em que acolha e inclua o discente com deficiência no seu próprio processo de avaliação, sempre levando em conta a individualidade, tornando o ambiente acadêmico motivador apesar das limitações, fazendo com que o mesmo permaneça ligado e integrado à universidade.

3.3 Acesso e permanência

Em relação aos termos categorizados como *Acesso e Permanência*, é possível evidenciar que o curso que mais contempla termos na categoria é o curso de Educação Física, no que diz respeito ao termo *deficiência* e suas variações. A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, a política de inclusão, e patrimônios como a impressora Braille e lupas eletrônicas. Entretanto, o mobiliário e a infraestrutura ainda necessitam adequações, entre essas se pode destacar assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis, serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva e visual, bem como a sinalização em lugares visíveis do direito de atendimento prioritário. Essas inadequações na estrutura tendem a impedir a plena e efetiva participação, em igualdade de oportunidades, com os demais discentes no ambiente acadêmico, presencial ou virtual (MALHEIRO; SCHLÜNZEN JUNIOR, 2020).

As políticas de acesso e permanência, de acordo com Brigida e Limeira (2020), deveriam ir muito além, pois a inclusão não se delimita apenas a inserir a pessoa com deficiência no ambiente acadêmico, mas sim o sistema estar preparado para recebê-la. Desse modo, problemas contemporâneos ligados à pessoa com deficiência não estão na deficiência em si, porém nas estruturas sociais que não estão aptas a recebê-las com oportunidades igualitárias. Nos últimos anos, o perfil dos estudantes que estão ingressando nas Instituições de Ensino Superior vem mudando, em função de um longo processo de transformação social ocasionado pelos movimentos sociais, econômicos e culturais presentes na modernidade (BRIGIDA; LIMEIRA, 2020, p. 163).

3.3.1 Formação em Saúde

Categorizaram-se como *Formação em Saúde* os contextos em que a palavra pesquisada está relacionada aos aspectos de formação profissional, podendo ser encontrados na matriz curricular do curso ou nos objetivos de formação do profissional. Neste aspecto, somente os cursos de graduação em Medicina e Educação Física tiveram termos contabilizados na categoria, o que indica uma possível lacuna na formação específica dos discentes da área da saúde para o atendimento às pessoas com deficiência.

Em contrapartida, a oferta do componente curricular de Libras, oferecido pelos cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Medicina como Componente Curricular Complementar de Graduação (CCCG) e pelo curso de Educação Física como Componente Curricular Obrigatório, pode ser considerada como um fator positivo para formação de profissionais capacitados para o atendimento à população surda. Ademais, é uma forma de incluir a discussão sobre o atendimento em saúde para as pessoas com deficiência durante a graduação.

A presença do componente curricular de Libras é importante para incentivar o debate sobre os atendimentos

de saúde para surdos, promovendo momentos acolhedores, permitindo a realização de assistências humanizadas, não sendo necessária a presença de um intérprete de Libras durante a consulta para atuar como interlocutor do profissional e paciente, contribuindo para o sigilo das informações. A comunicação em Libras também é capaz de aproximar profissionais e pacientes surdos, gerando uma relação de confiabilidade, levando segurança ao paciente em procurar os serviços de saúde (RAMOS; ALMEIDA, 2017). No entanto, em alguns dos cursos analisados, o componente é na modalidade complementar, isto é, não é obrigatório que o discente curse a disciplina de Libras durante sua formação acadêmica, portanto, a participação voluntária deve ser fomentada, para que assim, o estudante garanta a experiência da comunicação em Libras.

Ainda, o curso de Medicina apresenta na ementa curricular das disciplinas de *Vivências no SUS I, II e III*, o objetivo de aprofundamento dos conhecimentos sobre o atendimento às pessoas com deficiência no Sistema Único de Saúde. Enquanto o curso de Educação Física apresenta na aba *Perfil do Egresso* a citação de que o profissional formado neste curso terá formação para atuar no atendimento às pessoas com deficiência, o que pode ser observado através da existência do componente curricular obrigatória de Educação Física Adaptada que aborda atendimento às pessoas com deficiência durante a prática profissional.

A oferta do componente curricular obrigatório de Educação Física Adaptada, no curso de Educação Física e as citações no componente curricular obrigatório de *Vivências no SUS I, II e III* no curso de Medicina, também são importantes para garantir a formação inclusiva, através do incentivo, de forma direta a discussão sobre atendimento a pessoas com deficiência no âmbito de atuação profissional. Colaborando, assim, para a capacitação destes discentes no atendimento a pessoas com deficiência.

Na perspectiva de atendimento à pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Brasileira de Inclusão assegura em seu artigo 18 que a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário (BRASIL, 2015). Portanto, o atendimento à saúde de pessoas com deficiência não será limitado somente aos serviços especializados, e desse modo o profissional que irá trabalhar em qualquer nível de assistência à saúde deve estar habilitado para atender as demandas de saúde das pessoas com deficiência, além disto, como também mencionado em lei, são necessárias estratégias de capacitação permanente das equipes de saúde que atuam no SUS, esta capacitação pode ser iniciada durante a graduação, colaborando para a experiência dos estudantes.

Desse modo, é preciso seguir promovendo ações de capacitação profissional no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência, incentivando a formação continuada,

através da inclusão das discussões nos demais componentes curriculares, quando não houver componentes específicos. Com a integração de discussões sobre a temática é possível incentivar os estudantes da graduação a aprimorarem seus conhecimentos no âmbito do atendimento a pessoas com deficiência, resultando na capacidade de ofertar um atendimento especializado e acolhedor, promovendo a inclusão atitudinal da pessoa com deficiência nos serviços de saúde, no caso dos bacharelados, e durante as atividades escolares, na licenciatura.

3.4 Não se aplica

Na categoria *Não se aplica* estão agrupados os termos que durante a realização da análise foram classificados como não relacionados com a temática e contexto da pesquisa, sendo encontrados no sentido literal da gramática, desconsiderando aspectos sociais. Destaca-se a palavra *deficiência* sendo utilizada como sinônimo de carência ou insuficiência por diversas vezes, não sendo relacionada à pessoas com deficiência, e sim, referindo-se a lacunas no conhecimento ou deficiências a nível nutricional e celular. O termo *inclusão* também aparece diversas vezes com o sentido de acrescentar algo, nestes momentos, não sendo relacionada a inclusão social e sim a objetos, conhecimentos, entre outros. Os dados desta categoria foram dispensados para a discussão dos resultados, pois não se relacionam com a temática da pesquisa.

4 Conclusão

A inclusão, acessibilidade e permanência de discentes com deficiência na universidade pública se mostram desafiadoras, pois ainda existem muitas lacunas a serem ultrapassadas. Apesar de os cursos analisados apresentarem em seus documentos institucionais estratégias de permanência como o NInA, NUDE e modificações no processo de aprendizagem, se observa a carência de reformas nas estruturas físicas e ações para que esses discentes se sintam incluídos no meio acadêmico. Além disso, evidencia-se a necessidade de investimento de formação em saúde no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência, pois a maioria dos PPCs analisados oferecem uma formação generalista no que se refere ao atendimento às populações específicas, em especial as pessoas com deficiência, podendo contribuir para o afastamento deste público aos serviços de saúde.

Dessa forma, essa análise documental abre uma lacuna para um futuro estudo que venha abordar tópicos de acesso, permanência e formação em saúde, bem como suas interfaces, utilizando como método a locução dos discentes com deficiência dos cursos incluídos nesta pesquisa, visando analisar a efetividade das políticas e ações propostas pelos PPC, sob a ótica destes discentes. Nesse sentido, é importante ressaltar que alguns documentos analisados se encontram em reformulação no momento da coleta de dados, e estas mudanças são necessárias para promover melhorias e abranger o contexto atual da IES e seus discentes.

Contudo, o presente estudo visa contribuir para o planejamento de novas medidas de acesso, permanência e formação na instituição, visto que dentro dos limites impostos pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 vivenciada no período da coleta e análise dos dados, houve algumas barreiras no decorrer da sua realização, sendo possível somente a análise documental. Ademais, busca-se a efetividade de discussões e estratégias que passem a constar nos PPCS em reformulação e suas implantações na IES.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Documento Orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu*. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília. DF, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto n. 7.611*, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 1.793*, de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos Ético-Políticos Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciências da Saúde. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>>. Acesso em: mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n. 3.284*, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Normativa MEC n. 09*, de 05 de maio de 2017. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em Instituições Federais de Ensino. Disponível em: <<https://www.seesp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/COMUNICADO-JURIDICO-PORTARIA-NORMATIVA-MEC-N9-DE-5-DE-MAIO-DE-2017-2.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. *Lei 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. *Lei n. 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRIGIDA, I.F.S.; LIMEIRA, C.S.S. Acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior: apontamentos de pesquisa. *Rev. Aleph UFF*, n.35, p.161-181, 2020.

GARCIA, R.A.; BACARIN, A.P.S.; LEONARDO, N.S.T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psico. Esc. Educ.*, v.22, p.33-44, 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>.

LARA, P.T.; HEREDERO, E.S. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. *Rev. Pol. Gestão Educ.*, p.1137-1164, 2020. doi: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14337>.

MALHEIRO, C.A.L.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro. *Braz. J. Develop.*, v.6, n.12, p.94573-94590, 2020. doi: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-066>.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em 10 mar. 2022.

POKER, R.B.; VALENTIM, F.O.D; GARLA, I.A. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição

pública do interior do estado de São Paulo. *Psicol. Esc. Educ.* v.22, p.127-134, 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>.

RAMOS, T.S.; ALMEIDA, M.A.P.T. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. *Id on Line Rev. Psicol.*, v.10, n.33, p.116-126, 2017. doi: <https://doi.org/10.14295/idonline.v10i33.606>.

TOMELIN, K.N. et al. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. *Rev. Psicopedag.*, v.35, n.106, p.94-103, 2018.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. *Projeto pedagógico do curso de Educação Física - Licenciatura*. Campus Uruguaiana: Unipampa, 2018. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/educacaofisica/pagina_fixa/ppc/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. *Projeto pedagógico do curso de Enfermagem*. Campus Uruguaiana: Unipampa, 2018. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/enfermagem/concepcao-do-curso-de-enfermagem/projeto-pedagogico-do-curso/>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. *Projeto pedagógico do curso de Farmácia*. Campus Uruguaiana: Unipampa, 2019. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/farmacia/pagina_fixa/ppc/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. *Projeto pedagógico do curso de Fisioterapia*. Campus Uruguaiana: Unipampa, 2020. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/fisioterapia/pagina_fixa/ppc/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa. *Projeto pedagógico do curso de Medicina*. Campus Uruguaiana: Unipampa, 2019. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/medicina/pagina_fixa/ppc/>. Acesso em: 12 mar. 2022.